

Desprestígio do Congresso influi

A análise da situação começa, entre milhares, geralmente pela situação de desprestígio que atinge o Congresso. O desprestígio é considerado procedente por causa de questões como a vulnerabilidade parlamentar a pressões, a resistência de congressistas a demissão de funcionários e enxugamento administrativo do governo. As irregularidades na administração interna (vide Instituto de Previdência dos Congressistas), o empreguismo de parentes e a falta de empenho geral nos trabalhos da Câmara e Senado.

Como esses casos não passam sem a atenção crítica da imprensa, cresce o desprestígio de uma maneira delicada, segundo a análise militar: com o parlamentarismo, a manutenção de desvios de comportamento, acompanhada da vigilância dos meios de comunicação social, poderia ampliar os riscos para a governabilidade nacional.

A solução seria a valorização do trabalho parlamentar, articulado com outros poderes e segmentos sociais, dentro de uma disposição ou programa comum. O trabalho poderia incluir, por exemplo, a regulamentação de pontos da nova Constituição ainda não disciplinados, sem prejuízos de questões de emergência como salários e o controle da inflação.

Uma das maiores dificuldades para esse esforço estaria no calendário eleitoral. A eleição presidencial no próximo semestre exige dos políticos a participação na campanha. No próximo ano, os próprios parlamentares estarão com seus mandatos em jogo, junto com a eleição de governadores. E nota-se que, quase nove meses depois da promulgação da Constituição, o Congresso ainda não se dedicou à sua regulamentação.

No conjunto desse quadro, receia-se

também que, implantando o parlamentarismo no próximo ano, o Congresso encontraria dificuldade para tocar a condução do governo, ao mesmo tempo em que se teria um novo presidente da República provavelmente ansioso para deslanchar seus projetos políticos e administrativos.

E qual seria a capacidade desse Congresso, questionado em sua eficiência e costumes, em fornecer quadros para o novo gabinete de governo? Os militares às vezes dedicam-se ao jogo de imaginar como o Parlamento ocuparia a Esplanada dos Ministérios e — principalmente — quem investiria como primeiro ministro.

OMISSÕES

Outra observação em torno do debate sobre o parlamentarismo considera que os ministros — e chefes militares envolvidos na discussão — omitem até agora alguns pontos importantes em relação a esse sistema de governo. “Os políticos, até mesmo por uma questão estratégica de argumentação, deveriam detalhar mais suas idéias sobre o parlamentarismo que uma das omissões questionadas refere-se ao fato de que há um debate em torno do sistema de governo mas não sobre a forma da eleição parlamentar. O parlamentarismo, por coerência, deveria envolver o sistema distrital da eleição de deputados, mas eles, que no próximo ano estarão entregues ao jogo da renovação do mandato, não consideram a questão.

Outro ponto é sobre a dissolução da Câmara dos Deputados, uma questão fundamental no sistema parlamentarista. Enfim, há o tabu em torno da eleição indireta do presidente da República, que também integra o modelo clássico do parlamentarismo mas que agora não entra em cogitação, reforçando a desconfiança em relação à mudança do sistema de governo.